

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 -POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

### FESTIVAL DE CULTURA E ARTE DE DIVINO

#### SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do município de Divino, Minas Gerais!  
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.

Boa leitura.

Desejamos sucesso!

### 1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Divino, Estado de Minas Gerais.

Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino torna público o presente edital elaborado com base na [Lei nº 14.399/2022](#) (Lei PNAB), na [Lei nº 14.903/2024](#) (Marco regulatório do fomento à cultura), no [Decreto nº 11.740/2023](#) (Decreto PNAB), no [Decreto nº 11.453/2023 \(Decreto de Fomento\)](#) e na [Instrução Normativa MINC nº 10/2023](#) (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

### 2. INFORMAÇÕES GERAIS

#### 2.1 Objeto do edital

**2.1.1** O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas **categorias** descritas no **Anexo I**, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Divino, estado de Minas Gerais, através da realização de um grande evento, **Festival de Cultura e Arte de Divino**, com

apresentações culturais e artísticas na região central, periferia e zona rural do município, com eventos totalmente gratuitos e abertos a toda a população.

**2.1.2.** Compreende-se por Festivais Artísticos e Culturais, incluindo iniciativas de difusão audiovisual: eventos que promovam ações artísticas e culturais de um ou mais segmentos artísticos e expressões culturais, com uma programação artístico cultural que contemple ações de formação, reflexão, difusão, fruição, exibição, transmissão e memória.

## **2.2. Quantidade de projetos selecionados**

**2.2.1** Para o presente Edital, **Festival de Cultura e Arte de Divino**, serão selecionados **06 (seis) projetos**, representando os principais segmentos culturais atuantes no município.

**2.2.2.** Caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

**2.2.3.** As propostas deverão contemplar as seguintes categorias, descritas no Anexo I:

**2.2.3.1.** CATEGORIA 1 Festival de Cultura e Arte de Divino: **Música;**

**2.2.3.2.** CATEGORIA 2 Festival de Cultura e Arte de Divino: **Artesanato e Gastronomia;**

**2.2.3.3.** CATEGORIA 3 Festival de Cultura e Arte de Divino: **Literatura;**

**2.2.3.4.** CATEGORIA 4 Festival de Cultura e Arte de Divino: **Teatro;**

**2.2.3.5.** CATEGORIA 5 Festival de Cultura e Arte de Divino: **Festas Tradicionais;**

**2.2.3.6.** CATEGORIA 6 Festival de Cultura e Arte de Divino: **Capoeira.**

## **2.3. Valor total do edital**

**2.3.1** Cada segmento receberá o valor descrito no Anexo I.

**2.3.2** O valor total deste edital é de **R\$ 182.003,00 (cento e oitenta e dois mil e três reais).**

**2.3.3.** O valor total será distribuído entre as seis categorias nos seguintes montantes:

**2.3.3.1.** 01 (um) repasse de **R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais)** para CATEGORIA 1;

**2.3.3.2.** 01 (um) repasse de **R\$ 34.783,00 (trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e três reais)** para CATEGORIA 2;

**2.3.3.3.** 01 (um) repasse de **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)** para CATEGORIA 3;

**2.3.3.4.** 01 (um) repasse de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** para CATEGORIA 4;

**2.3.3.5.** 01(um) repasse de **R\$ 39.020,00 (trinta e nove mil e vinte reais)** para CATEGORIA 5;

**2.3.3.6.** 01 (um) repasse de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** para CATEGORIA 6.

**2.3.4.** A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:  
**02.04.04.13.392.1301.2190 - Fonte 2.719**

**2.3.5.** Sobre o valor total repassado pelo município de Divino ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

## **2.4. Prazo de inscrição**

**2.4.1** De 00:00 horas do dia **31/05/2025** até às **23:59 horas do dia 10/06/2025**.

**2.4.2** As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

## **2.5. Quem pode participar**

**2.5.2.** Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que **atue e resida** no município de Divino há pelo menos **02 (dois) anos**.

**Agente Cultural** é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

**2.5.3.** O agente cultural pode ser:

**2.5.3.1** Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);

**2.5.3.2.** Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.);

**2.5.3.3.** Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Associação, Fundação, Cooperativa, etc);

**2.5.3.4. Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.**

**2.5.4.** Na hipótese de **agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ)**, será indicada **pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural** e a representação será formalizada em **declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo**, podendo ser utilizado o modelo constante no **Anexo VI**.

## **2.6. Quem NÃO pode participar**

**2.6.1.** Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

**2.6.1.1** tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

**2.6.1.2.** sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

**2.6.1.3** sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores,

Vereadores), do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

**2.6.2** O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

**2.6.3.** Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

**2.6.4** A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

## **2.7. Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital**

**2.7.1** Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, **no máximo 01 (um) projeto** e poderá ser contemplado com **no máximo 01 (um) projeto**.

**2.7.2** Cada agente cultural poderá participar e ser remunerado por apenas 02 (dois) projetos.

**2.7.3** Cada agente cultural contemplado com projeto deste Edital deverá ter seu nome e CPF inserido na planilha em apenas 02 (dois) projetos e poderá receber por apenas uma atividade, não podendo acumular mais de uma remuneração, salvo a de Coordenação Geral do projeto em que esteja inserido.

## **3. ETAPAS**

**3.1.** Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- a) Inscrições** – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
- b) Seleção** – etapa em que uma Comissão Municipal analisa e seleciona os projetos;
- c) Habilitação** – etapa em que os **agentes culturais selecionados** na etapa anterior serão convocados para **apresentar documentos de habilitação**.
- d) Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os **agentes culturais habilitados** serão convocados para **assinar o Termo de Execução Cultural**.

## **4. INSCRIÇÕES**

**4.1.** O agente cultural deve encaminhar a sua inscrição por meio do e-mail [pnab@divino.mg.gov.br](mailto:pnab@divino.mg.gov.br), no período de **0h do dia 31/05/2025 até as 23h59 do dia 10/06/2025**, enviando a seguinte documentação obrigatória:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
- c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
- d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e

e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

**4.1.1. Atenção!** O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

**4.1.2. Atenção!** A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

## 5. COTAS

### 5.1. Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

- a) pessoas negras (pretas e pardas);
- b) pessoas indígenas;
- c) pessoas com deficiência.

5.1.1. A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.

5.1.2. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração. A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

### 5.2. Concorrência concomitante

5.2.1. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

5.2.2. Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

### 5.3. Desistência do optante pela cota

5.3.1. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

#### **5.4. Remanejamento das cotas**

5.4.1. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

5.4.2. Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classifica

#### **5.5. Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos**

5.5.1. As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,

II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;

III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]

5.5.2. As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

### **6.COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)**

#### **6.1. Preenchimento do modelo**

6.1.1. O agente cultural deve preencher o **Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho**, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.

6.1.2. O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Divino de qualquer responsabilidade civil ou penal.

#### **6.2. Previsão de execução do projeto**

6.2.1. Os projetos apresentados deverão ser executados em até 12 (doze) meses, contados a partir da liberação dos recursos.

#### **6.3. Custos do projeto**

6.3.1. O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado **dos valores condizentes**

**com as práticas de mercado.** O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

**6.3.2.** O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

**6.3.3. Atenção!** O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto ou segmento, conforme Anexo I do presente edital.

**6.3.4.** O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.

**6.3.5.** Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

#### **6.4. Recursos de acessibilidade**

6.4.1. Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

6.4.2. São medidas de acessibilidade:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

6.4.3. Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

- III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

## 7. ETAPA DE SELEÇÃO

### 7.1. Quem analisa os projetos

7.1.1. Uma **Comissão Municipal de Seleção de Projetos**, instituída por Portaria municipal, disponível para consulta de qualquer cidadão no site da Prefeitura Municipal de Divino, será responsável por avaliar os projetos inscritos neste edital. Todas as atividades e deliberações da comissão serão registradas em ata e publicada no site oficial do município de Divino.

7.1.2. Farão parte desta Comissão representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e do Conselho Municipal do Políticas Culturais.

7.1.3. A comissão será composta por no mínimo 03 (três) membros, garantindo diversidade de perfis e de áreas de atuação.

### 7.2. Quem não pode analisar os projetos

7.2.1. Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:

I - tiverem interesse direto na matéria;

II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;

III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

7.2.2. Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

**7.2.3. Atenção!** Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

### 7.3. Análise do mérito cultural

7.3.1. Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.

7.3.2. Entende-se por “**Análise de mérito cultural**” a identificação, tanto **individual** quanto sobre seu **contexto social**, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos **no Anexo III** deste edital.

7.3.3. Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

#### **7.4. Análise da planilha orçamentária**

7.4.1. Os membros da **Comissão Municipal de Seleção** vão avaliar se os **valores** informados pelo agente cultural são **compatíveis** com os **preços praticados no mercado**.

7.4.2. Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

#### **7.5. Valores incompatíveis com o mercado**

7.5.1. Os **itens da planilha orçamentária** poderão ser glosados, ou seja, **vetados, total** ou **parcialmente**, pela **Comissão Municipal de Seleção**, se, **após análise**, não forem considerados com **preços compatíveis aos praticados no mercado** ou forem considerados **incoerentes e em desconformidade** com o projeto apresentado.

7.5.2. Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

#### **7.6. Recurso da etapa de seleção**

7.6.1. O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado na forma de extrato no diário oficial do município e de forma integral no site da Prefeitura Municipal de Divino ([www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)).

7.6.2. Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Educação Cultural Esporte e Lazer de Divino, que deve ser apresentado por meio do e-mail, [pnab@divino.mg.gov.br](mailto:pnab@divino.mg.gov.br), ou presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Educação no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

7.6.3. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

7.6.4. Após o julgamento dos recursos, que deve ocorrer em até 03 (três) dias úteis, o resultado final da etapa de seleção será divulgado na forma de extrato no Diário Oficial do município de Divino e de forma completa no site oficial da Prefeitura Municipal de Divino ([www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)).

## 8. REMANEJAMENTO DE VAGAS

8.1. Os recursos remanescentes serão **redistribuídos prioritariamente para os projetos com maior pontuação geral**, independentemente da categoria, respeitando-se as regras de cotas previstas neste edital.

8.2. Se ainda assim houver recursos remanescentes, estes poderão ser redistribuídos entre as categorias que possuem maior demanda qualificada, considerando a ordem de classificação e os critérios de avaliação definidos neste edital.

8.3. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital vinculado à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), conforme regulamentação vigente e desde que devidamente justificado em processo administrativo.

## 9. ETAPA DE HABILITAÇÃO

### 9.1. Documentos necessários

9.1.1. O **agente cultural responsável pelo projeto selecionado** deverá encaminhar no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis** após a publicação do resultado final de seleção, por meio do e-mail ou presencialmente, em envelope lacrado, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Divino, os seguintes documentos:

9.1.2. Se o agente cultural for **pessoa física**:

I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e a Dívida Ativa da união;

III - certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelos órgãos competentes;

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

**9.1.2.1.** A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

- I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
- II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
- III - que se encontrem em situação de rua.

**9.1.3.** Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelos órgãos competentes;

VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

**9.1.4.** Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ)**:

I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;

II - certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pela respectiva Secretaria em nome do representante do grupo

IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;

V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do

9.1.5. As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

**9.1.6. Atenção!** Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

9.1.7. Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

## **9.2. Recurso da etapa de habilitação**

9.2.1. Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino que deve ser apresentado por meio do e-mail [pnab@divino.mg.gov.br](mailto:pnab@divino.mg.gov.br) ou presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Educação de Divino no prazo de 03(três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

9.2.2. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

9.2.3. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado por no site oficial da Prefeitura Municipal de Divino ([www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)). Após essa etapa, não caberá mais recurso.

## **10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

### **10.1. Termo de Execução Cultural**

10.1.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

10.1.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

## 10.2. Recebimento dos recursos financeiros

**10.2.1.** Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

**10.2.2.** Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

**10.2.3.** A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

**ATENÇÃO!** O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural **até 28 de Junho de 2025** sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

## 11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

11.1. Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação de todos os projetos selecionados por este edital deverão constar obrigatoriamente o nome **“Festival de Cultura e Arte de Divino”** e exibirão as marcas do Governo federal e do município de Divino, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

11.2. O material de divulgação dos projetos selecionados por este edital e seus produtos deverá ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

11.3. O material de divulgação de todos os projetos selecionados por este edital deverá, antes da divulgação, ser enviado para a Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer para análise e deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

## 12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

### 12.1. Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino

12.1.1. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

## **12.2. Como o agente cultural presta contas à Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino**

12.2.1.O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.

12.2.2.O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 60 (sessenta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

12.2.3.O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **13.1. Desclassificação de projetos**

13.1.1.Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**13.1.2. Atenção!** Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

### **13.2. Acompanhamento das etapas do edital**

13.2.1.O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site [www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br).

13.2.2.O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura Municipal de Divino ([www.divino.mg.gov.br](http://www.divino.mg.gov.br)), e nas mídias sociais oficiais da Administração Pública Municipal.

### **13.3. Informações adicionais**

13.3.1 Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail [pnab@divino.mg.gov.br](mailto:pnab@divino.mg.gov.br) ou presencialmente na Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino, no horário do expediente.

13.3.2. Os casos omissos ficarão a cargo da Secretária Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer de Divino.

#### **13.4. Validade do resultado deste edital**

13.4.1. O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31/12/2026.

#### **13.5. Anexos do edital**

13.5.1. Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;

Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;

Anexo III - Critérios de seleção;

Anexo IV - Termo de Execução Cultural;

Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;

Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo;

Anexo VII - Declaração étnico-racial;

Anexo VIII – Declaração PCD;

Anexo IX – Formulário de interposição de recurso.

Divino, 31 de Maio de 2025

Mauri Ventura do Carmo

**Prefeito Municipal de Divino**

Adriana Piler Portes

**Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer**